

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.296 - AL (2019/0356985-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : THALES PAULINO FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto pela DEFENSORIA PÚBLICA em favor de THALES PAULINO FERREIRA DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado, em 21/10/2016, como incurso no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, sendo pronunciado em 26/4/2019, e encontrando-se preso preventivamente, desde 23/12/2016. Irresignada com o excesso de prazo, a defesa impetrou prévio *mandamus*, cuja ordem foi denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 112):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO VERIFICAÇÃO. INSTRUÇÃO CONCLUÍDA. EXCESSO DE PRAZO SUPERADO. SÚMULA Nº 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONSTATADO. RESTRIÇÃO DA LIBERDADE MANTIDA. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

No presente recurso, o recorrente reitera, em síntese, que se encontra sofrendo constrangimento ilegal, em virtude de estar preso há mais de 3 anos e 8 meses, sem que tenha sido submetido ao júri popular, o que denota verdadeiro excesso de prazo.

Pugna, inclusive liminarmente, pelo relaxamento da prisão preventiva.

É o relatório. **Decido.**

Superior Tribunal de Justiça

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Com efeito, ao menos em um juízo preliminar, observo que consta do acórdão recorrido que o recorrente foi preso apenas em 11/1/2018. Ademais, nos termos do verbete n. 21 da Súmula desta Corte, tem-se que, "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução".

Nesse contexto, não obstante os fundamentos apresentados pelo recorrente, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir eventual existência de constrangimento ilegal. Ademais, o pedido **liminar** confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, indefiro a **liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator